

## Leonardo Boff

É teólogo e filósofo

/// Se a democracia se instaura dentro da ordem capitalista, assume formas distorcidas e até traços de farsa. Onde ela entra, estabelece imediatamente relações de desigualdade que, no dialeto da ética, significa relações de exploração e de injustiça. A democracia tem por pressuposto básico a igualdade de direitos

# Desigualdade social, a marca do capitalismo

Está causando furor entre os leitores de assuntos econômicos, economistas e principalmente pânico entre os muito ricos, um livro de 700 páginas escrito em 2013 e publicado em muitos países em 2014. Transformou-se num verdadeiro best-seller. Trata-se de uma obra de investigação, cobrindo 250 anos, de um dos mais jovens (43 anos) e brilhantes economistas franceses, Thomas Piketty. O livro se intitula “O Capital no Século XXI” (Seuil, Paris 2013). Aborda fundamentalmente a relação de desigualdade social produzida por heranças, rendas e principalmente pelo processo de acumulação capitalista, tendo como material de análise particularmente a Europa e os EUA.

A tese de base que sustenta é: a desigualdade não é acidental, mas o traço característico do capitalismo. Se a desigualdade persistir e aumentar, a ordem democrática estará fortemente ameaçada. Desde 1960, o comparecimento dos eleitores nos EUA diminuiu de 64% (1960) para pouco mais de 50% (1996), embora tenha aumentado ultimamente. Tal fato deixa perceber que é uma democracia mais formal que real.

Esta tese, sempre sustentada pelos melhores analistas sociais e repetida muitas

vezes pelo autor destas linhas, se confirma: democracia e capitalismo não convivem. E, se a democracia se instaura dentro da ordem capitalista, assume formas distorcidas e até traços de farsa. Onde ela entra, estabelece imediatamente relações de desigualdade que, no dialeto da ética, significa relações de exploração e de injustiça. A democracia tem por pressuposto básico a igualdade de direitos dos cidadãos e o combate aos privilégios. Quando a igualdade é ferida, abre-se espaço para o conflito de classes, a criação de elites privilegiadas, a subordinação de grupos, a corrupção, fenômenos visíveis em nossas democracias de baixíssima intensidade.

Piketty vê nos EUA e na Grã Bretanha, onde o capitalismo é triunfante, os países mais desiguais, o que é atestado também por um dos maiores especialistas em desigualdade, Richard Wilkinson. Nos USA, executivos ganham 331 vezes mais que um trabalhador médio. Eric Hobsbawn, numa de suas últimas intervenções antes de sua morte, diz claramente que a economia política ocidental do neoliberalismo “subordinou propositalmente o bem-estar e a justiça social à tirania do PIB, o maior crescimento econômico possível,

deliberadamente inigualitário”.

Em termos globais, citemos o corajoso documento da Oxfam Intermón, enviado aos opulentos empresários e banqueiros reunidos em Davos, em janeiro deste ano, como conclusão de seu relatório “Governar para as elites, sequestro democrático e desigualdade econômica”: 85 ricos têm dinheiro igual a 3,57 bilhões de pobres do mundo.

O discurso ideológico aventado por esses plutocratas é que tal riqueza é fruto de ativos, de heranças e da meritocracia; as fortunas são conquistas merecidas, como recompensa pelos bons serviços prestados. Ofendem-se quando são apontados como o 1% de ricos contra os 99% dos demais cidadãos, pois se imaginam os grandes geradores de emprego.

Os agraciados com o Prêmio Nobel J. Stiglitz e P. Krugman têm mostrado que o dinheiro que os plutocratas receberam do governo, para salvarem seus bancos e empresas, mal foi empregado na geração de empregos. Esse dinheiro entrou logo na ciranda financeira mundial, que rende sempre muito mais, sem precisar trabalhar. E ainda há US\$ 21 trilhões nos paraísos fiscais, propriedade de apenas 91 mil pessoas.

Como é possível estabelecer relações mínimas de equidade, de participação, de cooperação e de real democracia quando se revelam estas excrecências humanas, que se fazem surdas aos gritos que sobem da Terra e cegas sobre as chagas de milhões de co-semelhantes?

Voltemos à situação da desigualdade no Brasil. Orienta-nos o nosso melhor especialista na área, Márcio Pochmann (veja também “Atlas da exclusão social – os ricos no Brasil”, Cortez, 2004): 20 mil famílias vivem da aplicação de suas riquezas no circuito da financeirização; portanto, ganham através da especulação. Continua Pochmann: os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%” (“Le Monde Diplomatique”, outubro 2007).

Segundo dados, de 2005, de organismos econômicos da ONU, o Brasil era o oitavo país mais desigual do mundo. Mas graças às políticas sociais dos últimos dois governos, diga-se honrosamente, o índice de Gini (que mede as desigualdades) passou de 0,58 para 0,52. Em outras palavras, a desigualdade ainda continua enorme, mas caiu 17%.

Piketty não vê caminho mais curto, para diminuir as desigualdades, do que a severa intervenção do Estado e da taxa progressiva da riqueza, até 80%, o que apavora os super-ricos. Sábias são as palavras de Eric Hobsbawn: “O objetivo da economia não é o ganho, mas sim o bem-estar de toda a população; o crescimento econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para dar vida a sociedades boas, humanas e justas”.

E como um gran finale vale a frase de Robert F. Kennedy: “o PIB inclui tudo; exceto o que faz a vida valer a pena”.